



BOITUVA-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOITUVA - SÃO PAULO

DIRETOR(A) DE ESCOLA

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática e Raciocínio Lógico
- ▶ Noções de Informática
- ▶ Legislação Educacional
- ▶ Conhecimentos Pedagógicos
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL Nº 02/2026



41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO

BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



BOITUVA - SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOITUVA -
SÃO PAULO

Diretor(a) de Escola

Nº 02/2026

CÓD: SL-140JH-26
7901183000722

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos verbais, não verbais e multimodais	9
2. Localização de informações explícitas e inferência de informações implícitas; Identificação do tema, da finalidade, da tese e dos argumentos do texto	10
3. Distinção entre fato e opinião	16
4. Reconhecimento de informações principais e secundárias	17
5. Relações entre textos: intertextualidade, comparação de ideias e diferentes abordagens sobre o mesmo tema	19
6. Análise de efeitos de sentido produzidos por escolhas lexicais, recursos expressivos, pontuação, sinais gráficos, linguagem figurada, humor e ironia; relações de coordenação e subordinação	20
7. Coesão e coerência textual	25
8. Relações lógicodiscursivas estabelecidas por conectivos e mecanismos de articulação textual	26
9. Variação linguística e adequação da linguagem à situação comunicativa	27
10. Conhecimentos linguísticos aplicados ao texto: ortografia oficial	28
11. Acentuação gráfica	30
12. Pontuação	36
13. Classes de palavra	38
14. Flexão nominal e verbal	46
15. Concordância nominal e verbal	48
16. Regência nominal e verbal	51
17. Crase	53
18. Colocação pronominal	54
19. Período simples e período composto	56
20. Reescrita de frases e parágrafos	58
21. Equivalência de sentido	59
22. Correção gramatical	60

Matemática e Raciocínio Lógico

1. Operações com números naturais, inteiros, racionais e reais. Frações, números decimais	69
2. Razão e proporção. Proporcionalidade direta e inversa	79
3. Porcentagem	81
4. Regra de três simples e composta	83
5. Média aritmética simples e ponderada	84
6. Sistema monetário	85
7. Grandezas e medidas: tempo, comprimento, massa, capacidade, área, perímetro e volume simples. Conversão entre unidades usuais de medida	87
8. Sequências numéricas, regularidades e padrões	91
9. Noções de contagem, princípio multiplicativo e probabilidade simples	94
10. Noções de lógica: proposições, conectivos, negação, equivalências	100
11. Argumentos, conclusões e análise de validade de raciocínios	108
12. Leitura, interpretação e resolução de situações-problema envolvendo tabelas, gráficos, listas e dados quantitativos. Resolução de situações-problema envolvendo operações, proporcionalidade, organização de informações, interpretação de dados, raciocínio lógico e tomada de decisão	111

Noções de Informática

1. Conceitos básicos de informática. Componentes básicos de computadores, dispositivos móveis e periféricos.....	119
2. Sistemas operacionais: área de trabalho, arquivos, pastas, menus, atalhos e configurações básicas. Organização e gerenciamento de arquivos e pastas	125
3. Editor de textos: criação, edição, formatação, tabelas, inserção de imagens, cabeçalhos, rodapés, impressão, exportação em PDF e salvamento de documentos. Planilhas eletrônicas: células, linhas, colunas, formatação, fórmulas simples, funções básicas, filtros, classificação de dados, gráficos e organização de informações. Apresentações eletrônicas: criação, edição, formatação básica e inserção de recursos visuais.....	133
4. Internet e navegação: sites, mecanismos de busca, downloads, uploads, avaliação da confiabilidade das informações e uso seguro da rede	140
5. Correio eletrônico: envio, recebimento, anexos, organização de mensagens, contatos, pastas e boas práticas de comunicação institucional	144
6. Armazenamento em nuvem, compartilhamento de arquivos, edição colaborativa, formulários digitais, videoconferência e ferramentas digitais aplicadas à rotina administrativa, pedagógica e escolar	148
7. Segurança da informação: senhas, autenticação, cópias de segurança, vírus e outros programas maliciosos, golpes digitais, proteção de dados pessoais, privacidade, uso responsável de recursos tecnológicos e cuidados no tratamento de informações de estudantes, famílias e servidores	151

Legislação Educacional

1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Constituição Federal): arts. 6º, 37 e 205 a 214 (direito à educação, princípios da Administração Pública e organização da educação nacional)	161
2. Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 — Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): arts. 12, 13, 14, 21 a 38, 58 a 60 e 61 a 67 (organização da educação básica, gestão democrática, currículo, avaliação, educação especial e profissionais da educação)	167
3. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 — Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): arts. 4º, 5º, 53 a 59, 56 e 70 (direito à educação, proteção integral e deveres da escola na garantia de direitos).....	170
4. Lei Federal nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003: altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”	173
5. Lei Federal nº 11.645, de 10 de março de 2008: altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”	173
6. Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026 — Plano Nacional de Educação — PNE: diretrizes, objetivos, metas, estratégias, governança, monitoramento, avaliação, financiamento, regime de colaboração e articulação com os planos estaduais e municipais de educação.....	174
7. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): documento normativo que define as aprendizagens essenciais para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental: princípios, fundamentos e orientações para a organização curricular e pedagógica	179
8. Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 — Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência): direito à educação inclusiva e garantia de acessibilidade	179
9. Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 — Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista: direitos da pessoa com TEA e diretrizes para inclusão educacional	197

Conhecimentos Pedagógicos

1. Concepções de educação, escola, currículo, ensino e aprendizagem; Currículo e práticas pedagógicas na educação básica	203
2. Função social da escola pública	207
3. Organização do trabalho pedagógico	209
4. Projeto político-pedagógico: elaboração, execução, acompanhamento e avaliação.....	214
5. Planejamento educacional e planejamento de ensino	216
6. Avaliação da aprendizagem concepções, instrumentos, registros, acompanhamento e uso pedagógico dos resultados ..	219
7. Avaliação institucional e melhoria da qualidade do ensino	222
8. Didática e metodologias de ensino.....	225
9. Interdisciplinaridade, contextualização e articulação entre áreas do conhecimento	233
10. Desenvolvimento humano, aprendizagem e diversidade	237
11. Educação inclusiva, acessibilidade, adaptações pedagógicas e atendimento às necessidades educacionais dos estudantes	240
12. Relação entre escola, família e comunidade.....	247
13. Gestão da sala de aula e acompanhamento da prática docente	248
14. Formação continuada de professores.....	251
15. Horários de trabalho pedagógico coletivo	256
16. Registros pedagógicos, relatórios e documentação do processo de ensino e aprendizagem	260
17. Clima escolar, convivência, mediação de conflitos e promoção de ambiente educativo democrático, inclusivo e seguro .	263

Conhecimentos Específicos Diretor(a) de Escola

1. Gestão escolar na rede pública de ensino	271
2. Gestão democrática, Conselho de Escola e participação da comunidade escolar.....	273
3. Elaboração, execução, acompanhamento e avaliação do projeto político-pedagógico e do Plano Escolar	275
4. Organização do planejamento escolar, calendário, horários, dias letivos e horas de aula	277
5. Acompanhamento da orientação pedagógica dos professores e da qualidade do ensino	280
6. Sistematização de dados para subsidiar o planejamento educacional e elaboração de relatórios de avaliação da unidade escolar.....	282
7. Administração de recursos físicos, materiais, humanos e financeiros da escola	284
8. Aplicação de recursos financeiros conforme a legislação vigente e as deliberações do Conselho de Escola	288
9. Zeladoria, conservação do patrimônio, uso adequado de equipamentos e materiais de consumo.....	289
10. Fluxo de documentos escolares e administrativos: vida escolar, vida funcional, registros, prazos e informações à Secretaria Municipal de Educação	291
11. Organização da rotina escolar, comunicação institucional, atendimento à comunidade e relação escola-família-comunidade	293
12. Gestão de pessoas, liderança, mediação de conflitos e promoção de ambiente escolar democrático, inclusivo e seguro.	295
13. Uso de sistemas de informática e recursos tecnológicos na gestão escolar	297
14. Segurança no trabalho, organização do ambiente escolar e preservação dos materiais, equipamentos e espaços sob responsabilidade da unidade escolar	298

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS VERBAIS, NÃO VERBAIS E MULTIMODAIS

Compreender um texto nada mais é do que analisar e decodificar o que de fato está escrito, seja das frases ou de ideias presentes. Além disso, interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade.

A compreensão básica do texto permite o entendimento de todo e qualquer texto ou discurso, com base na ideia transmitida pelo conteúdo. Ademais, compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

A interpretação de texto envolve explorar várias facetas, desde a compreensão básica do que está escrito até as análises mais profundas sobre significados, intenções e contextos culturais. No entanto, quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

► Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se extrair os tópicos frasais presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na compreensão do conteúdo exposto, uma vez que é ali que se estabelecem as relações hierárquicas do pensamento defendido, seja retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se atentar às ideias do autor, o que não implica em ficar preso à superfície do texto, mas é fundamental que não se criem suposições vagas e inespecíficas.

► Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. Ademais, a leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente.

Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os tópicos frasais presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido; retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas.

Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

► Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto envolve realizar uma análise objetiva do seu conteúdo para verificar o que está explicitamente escrito nele. Por outro lado, a interpretação vai além, relacionando as ideias do texto com a realidade. Nesse processo, o leitor extrai conclusões subjetivas a partir da leitura.

► Gêneros Discursivos

▪ **Romance:** descrição longa de ações e sentimentos de personagens fictícios, podendo ser de comparação com a realidade ou totalmente irreal. A diferença principal entre um romance e uma novela é a extensão do texto, ou seja, o romance é mais longo. No romance nós temos uma história central e várias histórias secundárias.

▪ **Conto:** obra de ficção onde é criado seres e locais totalmente imaginário. Com linguagem linear e curta, envolve poucas personagens, que geralmente se movimentam em torno de uma única ação, dada em um só espaço, eixo temático e conflito. Suas ações encaminham-se diretamente para um desfecho.

▪ **Novela:** muito parecida com o conto e o romance, diferenciado por sua extensão. Ela fica entre o conto e o romance, e tem a história principal, mas também tem várias histórias secundárias. O tempo na novela é baseada no calendário. O tempo e local são definidos pelas histórias dos personagens. A história (enredo) tem um ritmo mais acelerado do que a do romance por ter um texto mais curto.

▪ **Crônica:** texto que narra o cotidiano das pessoas, situações que nós mesmos já vivemos e normalmente é utilizado a ironia para mostrar um outro lado da mesma história. Na crônica o tempo não é relevante e quando é citado, geralmente são pequenos intervalos como horas ou mesmo minutos.

▪ **Poesia:** apresenta um trabalho voltado para o estudo da linguagem, fazendo-o de maneira particular, refletindo o momento, a vida dos homens através de figuras que possibilitam a criação de imagens.

▪ **Editorial:** texto dissertativo argumentativo onde expressa a opinião do editor através de argumentos e fatos sobre um assunto que está sendo muito comentado (polêmico). Sua intenção é convencer o leitor a concordar com ele.

▪ **Entrevista:** texto expositivo e é marcado pela conversa de um entrevistador e um entrevistado para a obtenção de informações. Tem como principal característica transmitir a opinião de pessoas de destaque sobre algum assunto de interesse.

▪ **Cantiga de roda:** gênero empírico, que na escola se materializa em uma concretude da realidade. A cantiga de roda permite as crianças terem mais sentido em relação a leitura e escrita, ajudando os professores a identificar o nível de alfabetização delas.

▪ **Receita:** texto instrucional e injuntivo que tem como objetivo de informar, aconselhar, ou seja, recomendam dando uma certa liberdade para quem recebe a informação.

LOCALIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES EXPLÍCITAS E INFERÊNCIA DE INFORMAÇÕES IMPLÍCITAS; IDENTIFICAÇÃO DO TEMA, DA FINALIDADE, DA TESE E DOS ARGUMENTOS DO TEXTO

MENSAGENS EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS

Na comunicação verbal e escrita, as mensagens podem ser transmitidas de forma explícita, quando a informação está claramente apresentada, ou de forma implícita, quando o entendimento depende da interpretação do leitor ou ouvinte.

Essa distinção é essencial para a análise de textos e discursos, especialmente em provas de concursos públicos e exames que exigem compreensão detalhada do conteúdo.

► O Que São Mensagens Explícitas

As mensagens explícitas são aquelas em que a informação está claramente expressa no texto, sem necessidade de dedução ou interpretação subjetiva. Elas transmitem um conteúdo direto e objetivo, permitindo ao leitor compreender o significado sem esforço adicional.

Exemplo de mensagem explícita:

Frase: O trânsito está congestionado devido ao excesso de veículos na avenida.

Análise: A informação é clara e objetiva. O trânsito está congestionado, e a causa é o excesso de veículos.

As mensagens explícitas são comuns em textos informativos, como notícias, artigos científicos e comunicados oficiais, nos quais a precisão das informações é essencial.

► O Que São Mensagens Implícitas

As mensagens implícitas exigem que o leitor faça inferências a partir do contexto e do conhecimento prévio. Essas mensagens podem estar disfarçadas por meio de figuras de linguagem, ironia, metáforas ou omissões estratégicas.

Exemplo de mensagem implícita:

Frase: Se eu fosse você, não sairia agora.

Análise: O enunciado não afirma diretamente que há trânsito ou perigo, mas sugere que há algum problema para sair naquele momento.

A interpretação de mensagens implícitas depende de elementos como:

- Contexto do discurso, ou seja, quem fala, para quem e em que situação
- Conhecimento de mundo, que envolve informações culturais, sociais e históricas compartilhadas entre emissor e receptor
- Uso de recursos linguísticos, como ironia, metáfora e eufemismo

► Diferença Entre Implícito e Subentendido

Embora as mensagens implícitas e subentendidas sejam frequentemente confundidas, há uma diferença sutil entre elas.

▪ **Mensagem implícita:** Está no discurso, mas exige inferência para ser compreendida. O emissor insere pistas no texto para que o leitor chegue à conclusão.

▪ **Mensagem subentendida:** Não está necessariamente no texto, mas pode ser deduzida a partir do contexto geral.

Exemplo de mensagem implícita:

Frase: Este restaurante nunca tem fila.

Análise: Pode indicar que o restaurante não é popular ou que o serviço é rápido.

Exemplo de mensagem subentendida:

Frase: Gostei muito do presente. (Dito com expressão de desagrado)

Análise: Embora as palavras afirmem satisfação, a expressão facial sugere o contrário.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

OPERAÇÕES COM NÚMEROS NATURAIS, INTEIROS, RACIONAIS E REAIS. FRAÇÕES, NÚMEROS DECIMAIS

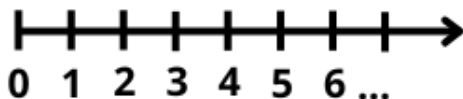
CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS ($\mathbb{N}$)

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

- $\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $\mathbb{N}^* = \mathbb{N} - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.
- $\mathbb{N}_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais pares.
- $\mathbb{N}_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais ímpares.
- $P = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$: conjunto dos números naturais primos.



► Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Ex.: $6 + 4 = 10$, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

Subtração

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando $a - b$ tal que $a \geq b$.

Exemplo: $200 - 193 = 7$, onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 7 a diferença.

Obs.: o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

Multiplicação

É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

Exemplo: $3 \times 5 = 15$, onde 3 e 5 são os fatores e o 15 produto.

3 vezes 5 é somar o número 3 cinco vezes:

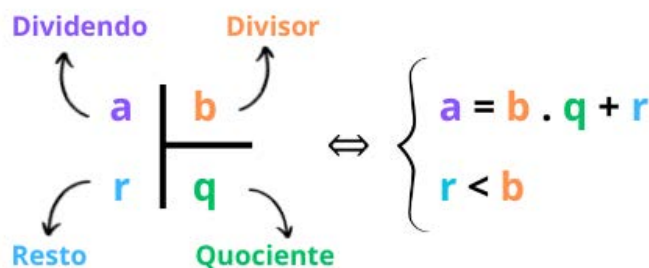
$$3 \times 5 = 3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15.$$

Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto ".", para indicar a multiplicação.

Divisão

Dados dois números naturais, às vezes precisamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número, que é o maior, é chamado de dividendo, e o outro número, que é menor, é o divisor. O resultado da divisão é chamado de quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente e somarmos o resto, obtemos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural de forma exata. Quando a divisão não é exata, temos um resto diferente de zero.



Princípios fundamentais da divisão de números naturais:

- Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo. Exemplo: $45 : 9 = 5$
- Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente. Exemplo: $45 = 5 \times 9$
- A divisão de um número natural n por zero não é possível, pois, se admitíssemos que o quociente fosse q , então poderíamos escrever: $n \div 0 = q$ e isto significaria que: $n = 0 \times q = 0$ o que não é correto! Assim, a divisão de n por 0 não tem sentido ou ainda é dita impossível.

Propriedades da Adição e da Multiplicação de Naturais

Para todo a, b e c em $\mathbb{N}$

- **Associativa da adição:** $(a + b) + c = a + (b + c)$
- **Comutativa da adição:** $a + b = b + a$
- **Elemento neutro da adição:** $a + 0 = a$
- **Associativa da multiplicação:** $(a \cdot b) \cdot c = a \cdot (b \cdot c)$
- **Comutativa da multiplicação:** $a \cdot b = b \cdot a$
- **Elemento neutro da multiplicação:** $a \cdot 1 = a$
- **Distributiva da multiplicação relativamente à adição:** $a \cdot (b + c) = ab + ac$
- **Distributiva da multiplicação relativamente à subtração:** $a \cdot (b - c) = ab - ac$
- **Fechamento:** tanto a adição como a multiplicação de um número natural por outro número natural, continua como resultado um número natural.

Exemplo 1: Em uma gráfica, a máquina utilizada para imprimir certo tipo de calendário está com defeito, e, após imprimir 5 calendários perfeitos (P), o próximo sai com defeito (D), conforme mostra o esquema. Considerando que, ao se imprimir um lote com 5 000 calendários, os cinco primeiros saíram perfeitos e o sexto saiu com defeito e que essa mesma sequência se manteve durante toda a impressão do lote, é correto dizer que o número de calendários perfeitos desse lote foi

- (A) 3 642.
- (B) 3 828.
- (C) 4 093.
- (D) 4 167.
- (E) 4 256.

Resolução:

Vamos dividir 5000 pela sequência repetida (6):

$$5000 / 6 = 833 + \text{resto } 2.$$

Isto significa que saíram 833. 5 = 4165 calendários perfeitos, mais 2 calendários perfeitos que restaram na conta de divisão.

Assim, são 4167 calendários perfeitos.

Resposta: D.

Exemplo 2: João e Maria disputaram a prefeitura de uma determinada cidade que possui apenas duas zonas eleitorais. Ao final da sua apuração o Tribunal Regional Eleitoral divulgou a seguinte tabela com os resultados da eleição. A quantidade de eleitores desta cidade é:

	1ª Zona Eleitoral	2ª Zona Eleitoral
João	1750	2245
Maria	850	2320
Nulos	150	217
Brancos	18	25
Abstenções	183	175

- (A) 3995
- (B) 7165
- (C) 7532
- (D) 7575
- (E) 7933

Resolução:

Vamos somar a 1ª Zona: $1750 + 850 + 150 + 18 + 183 = 2951$

2ª Zona: $2245 + 2320 + 217 + 25 + 175 = 4982$

Somando os dois: $2951 + 4982 = 7933$

Resposta: E.

Exemplo 3: Uma escola organizou um concurso de redação com a participação de 450 alunos. Cada aluno que participou recebeu um lápis e uma caneta. Sabendo que cada caixa de lápis contém 30 unidades e cada caixa de canetas contém 25 unidades, quantas caixas de lápis e de canetas foram necessárias para atender todos os alunos?

- (A) 15 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.
- (B) 16 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.
- (C) 15 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.
- (D) 16 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.
- (E) 17 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.

Resolução:

Número de lápis: 450. Dividindo pelo número de lápis por caixa: $450 \div 30 = 15$

Número de canetas: 450. Dividindo pelo número de canetas por caixa: $450 \div 25 = 18$.

Resposta: A.

Exemplo 4. Em uma sala de aula com 32 alunos, todos participaram de uma brincadeira em que formaram grupos de 6 pessoas. No final, sobrou uma quantidade de alunos que não conseguiram formar um grupo completo. Quantos alunos ficaram sem grupo completo?

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 3
- (D) 4
- (E) 5

Resolução:

Divisão: $32 \div 6 = 5$ grupos completos, com $32 - (6 \times 5) = 2$ alunos sobrando.

Resposta: B.

CONJUNTO DOS NÚMEROS INTEIROS ($\mathbb{Z}$)

O conjunto dos números inteiros é denotado pela letra maiúscula Z e compreende os números inteiros negativos, positivos e o zero.

$$\mathbb{Z} = \{\dots, -4, -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$$

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

CONCEITOS BÁSICOS DE INFORMÁTICA. COMPONENTES BÁSICOS DE COMPUTADORES, DISPOSITIVOS MÓVEIS E PERIFÉRICOS

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

A informática, ou ciência da computação, é a área dedicada ao processamento automático da informação por meio de sistemas computacionais. Seu nome, derivado da fusão das palavras “informação” e “automática”, reflete o objetivo principal: utilizar computadores e algoritmos para tratar, armazenar e transmitir dados de forma eficiente e precisa.

A evolução da informática começou com dispositivos de cálculo simples, como o ábaco, e avançou significativamente ao longo dos séculos. No século 17, Blaise Pascal criou a Pascaline, uma das primeiras calculadoras mecânicas. Já no século 19, Charles Babbage projetou a Máquina Analítica, precursora dos computadores modernos. Ada Lovelace, sua colaboradora, escreveu o primeiro algoritmo destinado a ser executado por uma máquina, tornando-se a primeira programadora da história.

No século 20, a informática passou por transformações revolucionárias. Surgiram os primeiros computadores eletrônicos, como o ENIAC, que usava válvulas para realizar cálculos em grande velocidade. A invenção do transistor e dos circuitos integrados possibilitou a criação de computadores menores e mais rápidos, e, com a chegada dos microprocessadores, os computadores pessoais começaram a se popularizar.

Hoje, a informática permeia praticamente todos os aspectos da vida cotidiana, desde smartphones até sistemas avançados de inteligência artificial. A área segue em constante inovação, impulsionando mudanças significativas em como nos comunicamos, trabalhamos e interagimos com o mundo ao nosso redor.

► Fundamentos de Informática

▪ **Computador:** é uma máquina capaz de receber, armazenar, processar e transmitir informações. Os computadores modernos são compostos por hardware (componentes físicos, como processador, memória, disco rígido) e software (programas e sistemas operacionais).

▪ **Hardware e Software:** hardware refere-se aos componentes físicos do computador, enquanto o software refere-se aos programas e aplicativos que controlam o hardware e permitem a execução de tarefas.

▪ **Sistema Operacional:** é um software fundamental que controla o funcionamento do computador e fornece uma interface entre o hardware e os programas. Exemplos de sistemas operacionais incluem Windows, macOS, Linux, iOS e Android.

▪ **Periféricos:** são dispositivos externos conectados ao computador que complementam suas funcionalidades, como teclado, mouse, monitor, impressora, scanner, alto-falantes, entre outros.

▪ **Armazenamento de Dados:** refere-se aos dispositivos de armazenamento utilizados para guardar informações, como discos rígidos (HDs), unidades de estado sólido (SSDs), pen drives, cartões de memória, entre outros.

▪ **Redes de Computadores:** são sistemas que permitem a comunicação entre computadores e dispositivos, permitindo o compartilhamento de recursos e informações. Exemplos incluem a Internet, redes locais (LANs) e redes sem fio (Wi-Fi).

▪ **Segurança da Informação:** Refere-se às medidas e práticas utilizadas para proteger os dados e sistemas de computadores contra acesso não autorizado, roubo, danos e outros tipos de ameaças.

► Tipos de computadores

▪ **Desktops:** são computadores pessoais projetados para uso em um único local, geralmente composto por uma torre ou gabinete que contém os componentes principais, como processador, memória e disco rígido, conectados a um monitor, teclado e mouse.

▪ **Laptops (Notebooks):** são computadores portáteis compactos que oferecem as mesmas funcionalidades de um desktop, mas são projetados para facilitar o transporte e o uso em diferentes locais.

▪ **Tablets:** são dispositivos portáteis com tela sensível ao toque, menores e mais leves que laptops, projetados principalmente para consumo de conteúdo, como navegação na web, leitura de livros eletrônicos e reprodução de mídia.

▪ **Smartphones:** são dispositivos móveis com capacidades de computação avançadas, incluindo acesso à Internet, aplicativos de produtividade, câmeras de alta resolução, entre outros.

▪ **Servidores:** são computadores projetados para fornecer serviços e recursos a outros computadores em uma rede, como armazenamento de dados, hospedagem de sites, processamento de e-mails, entre outros.

- **Mainframes:** são computadores de grande porte projetados para lidar com volumes massivos de dados e processamento de transações em ambientes corporativos e institucionais, como bancos, companhias aéreas e agências governamentais.
- **Supercomputadores:** são os computadores mais poderosos e avançados, projetados para lidar com cálculos complexos e intensivos em dados, geralmente usados em pesquisa científica, modelagem climática, simulações e análise de dados.

HARDWARE E SOFTWARE

A informática é a área relacionada ao tratamento automático da informação por meio de recursos computacionais. Ela envolve o uso de computadores, programas, redes, dispositivos digitais e sistemas capazes de receber dados, processá-los, armazená-los e apresentar resultados úteis ao usuário. Em sentido amplo, a informática não se limita ao uso de computadores pessoais, pois também está presente em celulares, caixas eletrônicos, sistemas bancários, plataformas educacionais, equipamentos hospitalares, veículos, indústrias e diversos serviços digitais.

O termo “informação” é essencial para compreender essa área. Dados isolados, como números, letras ou símbolos, passam a ter valor quando são organizados e interpretados dentro de um contexto. Um computador, por exemplo, pode receber os dados de uma planilha de notas escolares, processá-los e gerar médias, relatórios e gráficos. Nesse processo, a informática transforma dados brutos em informações compreensíveis e úteis para a tomada de decisões.

► Diferença entre hardware e software

Componentes físicos e componentes lógicos

Em um sistema computacional, hardware e software são elementos complementares. O hardware corresponde à parte física do computador, isto é, tudo aquilo que pode ser tocado, como monitor, teclado, mouse, placa-mãe, processador, memória, impressora, gabinete, cabos e demais dispositivos. Já o software corresponde à parte lógica, formada por programas, sistemas e instruções que orientam o funcionamento da máquina.

Para compreender essa diferença de modo didático, pode-se comparar o computador a um corpo organizado. O hardware seria a estrutura física, composta por peças e dispositivos. O software seria o conjunto de comandos e regras que permite a essa estrutura executar tarefas. Um computador sem software é apenas um conjunto de componentes eletrônicos sem orientação funcional; por outro lado, um software sem hardware não possui meio físico para ser executado.

A tabela a seguir sintetiza as principais diferenças entre hardware e software, permitindo visualizar de maneira objetiva como esses dois elementos se distinguem e, ao mesmo tempo, se complementam no funcionamento do computador.

Aspecto comparado	Hardware	Software
Natureza	Parte física do computador	Parte lógica do computador
Forma de existência	Pode ser tocado e visualizado fisicamente	Não pode ser tocado; existe como instruções, códigos e programas
Função principal	Executar fisicamente as operações e permitir a interação com o sistema	Orientar, controlar e organizar o funcionamento do hardware
Exemplos	Teclado, mouse, monitor, processador, memória, HD, SSD e impressora	Sistema operacional, navegador, editor de texto, antivírus, aplicativos e jogos
Dependência	Precisa de software para executar tarefas úteis	Precisa de hardware para ser instalado, executado e utilizado
Tipo de problema comum	Falha física, mau contato, superaquecimento, desgaste ou quebra de componente	Erro de instalação, travamento, vírus, incompatibilidade ou falha de atualização

► Relação de dependência entre hardware e software

Funcionamento integrado do sistema computacional

Hardware e software dependem um do outro para que o computador funcione corretamente. Quando o usuário abre um programa, como um navegador de internet, o software envia instruções ao sistema operacional, que organiza o uso do processador, da memória, do armazenamento e dos dispositivos de rede. O hardware executa fisicamente essas operações, enquanto o software coordena o que deve ser feito.

Essa integração ocorre continuamente, mesmo em tarefas simples. Ao digitar uma palavra, o teclado envia sinais ao computador; o sistema interpreta esses sinais; o processador realiza operações; a memória guarda temporariamente as informações; e o monitor exibe o resultado. Assim, cada ação do usuário envolve uma sequência coordenada entre componentes físicos e instruções lógicas.

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 (CONSTITUIÇÃO FEDERAL): ARTS. 6º, 37 E 205 A 214 (DIREITO À EDUCAÇÃO, PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL)

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

CAPÍTULO II DOS DIREITOS SOCIAIS

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015)

Parágrafo único. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 114, de 2021) (Vide Lei nº 14.601, de 2023)

CAPÍTULO VII DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público; (Vide Emenda constitucional nº 106, de 2020)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Regulamento)

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XIV - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XV - o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

a) a de dois cargos de professor; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

b) a de um cargo de professor com outro de qualquer natureza; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 138, de 2025)

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 34, de 2001)

XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XVIII - a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precdência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

XIX - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XX - depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Regulamento)

XXII - as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o

compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§ 2º A não observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Vide Lei nº 12.527, de 2011)

III - a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 4º Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 5º A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

§ 7º A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 8º A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Regulamento) (Vigência)

I - o prazo de duração do contrato; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - a remuneração do pessoal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO, ESCOLA, CURRÍCULO, ENSINO E APRENDIZAGEM; CURRÍCULO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO, ESCOLA, CURRÍCULO, ENSINO E APRENDIZAGEM

► Educação como prática social e formação humana

A educação constitui uma prática social de formação humana, histórica e culturalmente situada. Ela não se reduz à transmissão de informações, pois envolve processos de apropriação, produção e reconstrução de conhecimentos, valores, linguagens, formas de convivência e modos de participação na vida coletiva. Como prática social, a educação ocorre em diferentes espaços, mas adquire configuração específica na escola, onde se organiza de maneira intencional, sistemática e institucionalizada. Essa intencionalidade diferencia a ação educativa escolar de experiências espontâneas de socialização, porque articula finalidades formativas, seleção de saberes, organização curricular, mediação docente, acompanhamento da aprendizagem e responsabilidade pública sobre o direito ao conhecimento.

A concepção de educação adotada por uma instituição orienta sua maneira de compreender o estudante, o professor, o conhecimento e as relações pedagógicas. Uma concepção meramente transmissiva tende a tratar o conhecimento como conteúdo pronto, externo ao sujeito, cabendo ao estudante receber, reproduzir e demonstrar domínio formal. Uma concepção formativa, crítica e democrática entende o conhecimento como patrimônio cultural e instrumento de leitura, interpretação e intervenção na realidade. Nessa perspectiva, aprender significa estabelecer relações, formular explicações, problematizar situações, construir significados e participar de práticas sociais nas quais o conhecimento ganha função intelectual, ética, cultural e política.

A educação escolar também está vinculada à formação integral. A formação integral não significa acúmulo indiscriminado de conteúdos, mas desenvolvimento articulado de dimensões cognitivas, afetivas, sociais, culturais, corporais, estéticas e éticas. O estudante é compreendido como sujeito histórico, portador de experiências, linguagens, pertencimentos e modos de compreender o mundo. A escola não abandona o conhecimento sistematizado para privilegiar apenas vivências imediatas; ao contrário, parte das experiências dos sujeitos para ampliar repertórios, introduzir formas elaboradas de pensamento e possibilitar acesso a saberes que não se constituem de modo espontâneo.

► Escola como instituição pública de conhecimento, convivência e inclusão

A escola é uma instituição social responsável pela organização intencional do ensino e pela garantia de acesso aos conhecimentos considerados relevantes para a formação das novas gerações. Sua função não se limita à guarda de crianças e jovens, à preparação para etapas posteriores ou à adaptação passiva a demandas sociais. A escola produz condições para que os sujeitos se apropriem de linguagens, conceitos, métodos de investigação, formas de expressão, critérios de argumentação e modos de convivência democrática. A dimensão pública da escola exige compromisso com equidade, inclusão, participação e qualidade social da educação.

A escola também é espaço de encontro entre sujeitos diversos. Diferenças de origem social, cultura, raça, gênero, território, religião, deficiência, ritmos de aprendizagem e trajetórias familiares atravessam o cotidiano escolar. Uma concepção democrática de escola não transforma tais diferenças em justificativas para exclusão, baixa expectativa ou empobrecimento curricular. As diferenças devem orientar a construção de condições pedagógicas de acesso, participação e aprendizagem. Isso implica organização de tempos, espaços, recursos, metodologias, registros, agrupamentos e formas de acompanhamento capazes de reconhecer singularidades sem reduzir o direito comum ao conhecimento.

Algumas dimensões estruturam a função social da escola e dão concretude à sua responsabilidade formativa:

- Garantia de acesso ao conhecimento sistematizado, com valorização dos saberes culturais dos estudantes e ampliação de repertórios intelectuais.
- Organização de relações de convivência baseadas em respeito, participação, diálogo, corresponsabilidade e enfrentamento de práticas discriminatórias.
- Construção de práticas pedagógicas que articulem ensino, aprendizagem, avaliação, currículo e gestão institucional.
- Promoção de condições de permanência, participação e aprendizagem para todos os estudantes, com atenção às desigualdades que interferem na trajetória escolar.

Essas dimensões indicam que a escola não atua apenas no plano administrativo ou instrucional. Sua identidade pedagógica depende da coerência entre projeto educativo, currículo, planejamento, práticas de ensino, avaliação e relações institucionais. Quando esses elementos permanecem fragmentados, a escola tende a produzir ações isoladas, pouco efetivas e incapazes de sustentar processos de aprendizagem consistentes.

► **Currículo como construção cultural, política e pedagógica**

O currículo é o conjunto organizado de conhecimentos, experiências, práticas, relações, tempos, espaços, critérios e formas de avaliação que compõem a formação escolar. Ele não se restringe a uma lista de conteúdos ou a uma sequência de unidades didáticas. O currículo expressa escolhas culturais e pedagógicas, pois define quais saberes serão trabalhados, com que finalidades, por meio de quais abordagens e em diálogo com quais sujeitos e contextos. Essas escolhas nunca são neutras: revelam concepções de sociedade, infância, juventude, conhecimento, aprendizagem e justiça educacional.

Uma compreensão ampla de currículo permite reconhecer diferentes níveis de sua manifestação. O currículo prescrito aparece em documentos orientadores, propostas institucionais e matrizes de referência. O currículo planejado se materializa nas decisões de professores e equipes pedagógicas sobre objetivos, conteúdos, metodologias e avaliação. O currículo em ação ocorre nas interações concretas da sala de aula, nos projetos, nas atividades, nas perguntas dos estudantes e nas mediações docentes. O currículo oculto manifesta-se nas normas implícitas, expectativas, silenciamentos, formas de tratamento, distribuição de oportunidades e valores vividos no cotidiano escolar.

Currículo, conhecimento e poder

Ao selecionar determinados conhecimentos, o currículo também organiza visibilidades e ausências. Determinados grupos sociais, tradições culturais, narrativas históricas e formas de expressão podem ser valorizados ou marginalizados. Por isso, uma prática curricular democrática precisa interrogar a origem dos conhecimentos, os critérios de seleção, os modos de abordagem e os efeitos das escolhas realizadas. A valorização da diversidade não significa fragmentar o currículo em experiências dispersas, mas ampliar a qualidade cultural da formação, integrando conhecimentos científicos, artísticos, tecnológicos, históricos, filosóficos e saberes produzidos em diferentes contextos sociais.

A organização curricular precisa equilibrar continuidade e contextualização. A continuidade assegura progressão conceitual, aprofundamento e articulação entre etapas, áreas e componentes. A contextualização permite que os conteúdos ganhem sentido em relação a problemas, linguagens, práticas sociais e realidades vividas. Sem continuidade, o currículo se torna episódico; sem contextualização, transforma-se em exposição abstrata e descolada da experiência dos estudantes. A consistência curricular depende da relação entre ambos os princípios.

CONCEPÇÕES DE ENSINO E APRENDIZAGEM NAS PRÁTICAS ESCOLARES

► **Ensino como mediação intencional do conhecimento**

O ensino é uma ação intencional de mediação entre os estudantes e os conhecimentos culturalmente produzidos. Essa mediação não equivale a simples exposição verbal nem à aplicação mecânica de atividades. Ensinar envolve diagnosticar conhecimentos prévios, organizar situações didáticas, propor problemas, selecionar recursos, orientar procedimentos, explicitar conceitos, acompanhar percursos, intervir nas dificuldades e criar condições para que os estudantes avancem em seus modos

de pensar. O professor ocupa papel intelectual e pedagógico central, pois transforma objetivos formativos em experiências de aprendizagem organizadas.

A mediação docente exige clareza sobre o objeto de conhecimento. Não basta escolher uma atividade interessante; é necessário compreender quais conceitos, procedimentos, atitudes, linguagens ou formas de raciocínio estão em jogo. Atividades podem ser visualmente atraentes e, ao mesmo tempo, pouco relevantes do ponto de vista cognitivo. A qualidade do ensino depende da relação entre finalidade, conteúdo, desafio, intervenção e avaliação. Uma situação didática potente mobiliza o estudante, mas também preserva rigor conceitual, progressão e possibilidade de elaboração.

O ensino também requer planejamento flexível. Flexibilidade não significa improvisação permanente, mas capacidade de ajustar percursos sem perder as finalidades pedagógicas. A observação das respostas dos estudantes, dos erros, das dúvidas e das estratégias utilizadas fornece elementos para reorganizar explicações, propor novas atividades, formar agrupamentos, retomar conceitos ou ampliar desafios. O planejamento do ensino torna-se, assim, uma hipótese de trabalho continuamente confrontada com a realidade da aprendizagem.

► **Aprendizagem como construção ativa e social de significados**

A aprendizagem escolar envolve apropriação ativa de conhecimentos. O estudante não é recipiente vazio nem simples executor de comandos. Ele interpreta, relaciona, compara, formula hipóteses, mobiliza experiências anteriores, enfrenta conflitos cognitivos e reorganiza esquemas de pensamento. Essa atividade, porém, não ocorre de modo isolado ou puramente espontâneo. A aprendizagem é socialmente mediada por linguagens, interações, instrumentos culturais, intervenções docentes e participação em práticas compartilhadas.

Aprender implica atribuir sentido e construir significado. O sentido relaciona o conteúdo à experiência, à finalidade percebida e ao envolvimento do sujeito. O significado refere-se à compreensão conceitual socialmente validada, que permite utilizar o conhecimento em diferentes situações. Uma aprendizagem pode ter sentido imediato, mas permanecer frágil conceitualmente; também pode apresentar definição formal correta, mas sem uso efetivo em situações concretas. A prática pedagógica precisa articular essas dimensões, garantindo envolvimento e rigor.

Erro, conflito cognitivo e reorganização do pensamento

O erro possui valor pedagógico quando analisado como expressão de um modo de pensar. Ele não deve ser tratado apenas como falta, falha moral ou ausência de estudo. Muitos erros revelam hipóteses coerentes dentro de uma lógica ainda incompleta. A intervenção pedagógica qualificada identifica a natureza do erro, distingue dificuldade conceitual de dificuldade linguística ou procedimental e propõe ações que permitam ao estudante revisar suas estratégias. O tratamento pedagógico do erro fortalece a aprendizagem porque desloca o foco da punição para a compreensão dos processos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

GESTÃO ESCOLAR NA REDE PÚBLICA DE ENSINO

A GESTÃO ESCOLAR COMO ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO EDUCATIVO

A gestão escolar na rede pública de ensino é um processo amplo, complexo e essencial para garantir o funcionamento da escola e a qualidade da educação oferecida aos estudantes. Ela envolve a organização das dimensões pedagógica, administrativa, financeira, humana, comunitária e institucional da unidade escolar, sempre com foco no direito à aprendizagem, na permanência dos alunos e na formação integral.

Dirigir uma escola pública não significa apenas cumprir rotinas burocráticas, controlar documentos ou administrar recursos. A função da gestão escolar é articular pessoas, processos, tempos, espaços e decisões para que a escola cumpra sua função social. Essa função está relacionada à garantia de uma educação democrática, inclusiva, equitativa e comprometida com o desenvolvimento dos estudantes.

A escola pública atende uma comunidade diversa, composta por estudantes com diferentes trajetórias, realidades familiares, condições sociais, ritmos de aprendizagem e necessidades educacionais. Por isso, a gestão escolar precisa ser sensível ao contexto em que a instituição está inserida. Uma boa gestão conhece a comunidade, identifica seus desafios, reconhece suas potencialidades e organiza ações coerentes com essa realidade.

A gestão escolar também precisa compreender que todas as dimensões da escola estão interligadas. A organização administrativa influencia o trabalho pedagógico. A gestão de recursos interfere nas condições de ensino. O clima escolar impacta a aprendizagem. A participação das famílias fortalece a permanência dos estudantes. A formação dos profissionais melhora a qualidade das práticas educativas.

Nesse sentido, o diretor de escola exerce papel estratégico. Ele lidera a unidade escolar, articula a equipe, acompanha processos, toma decisões, media conflitos, garante o cumprimento das normas e promove condições para que professores, funcionários, estudantes e famílias atuem de forma integrada.

A gestão escolar pública deve ser orientada por princípios democráticos. Isso significa promover participação, diálogo, transparência, corresponsabilidade e respeito aos direitos da comunidade escolar. A escola não pertence apenas à direção; ela é uma instituição pública, construída coletivamente.

► Gestão escolar e seus princípios

A gestão escolar na rede pública deve estar fundamentada em princípios que orientam sua atuação e dão sentido às decisões tomadas no cotidiano da escola. Entre esses princípios, destacam-se a gestão democrática, a participação, a transparência, a legalidade, a equidade, a inclusão e o compromisso com a aprendizagem.

A gestão democrática é um dos pilares da escola pública. Ela pressupõe que as decisões escolares devem ser construídas com a participação dos diferentes segmentos da comunidade: equipe gestora, professores, funcionários, estudantes, famílias e representantes da comunidade local. Isso não significa ausência de liderança, mas liderança baseada no diálogo, na escuta e na corresponsabilidade.

A participação fortalece a escola porque amplia a compreensão dos problemas e favorece soluções mais adequadas. Professores conhecem os desafios da sala de aula. Funcionários compreendem a rotina e a organização dos espaços. Estudantes vivenciam diretamente o processo educativo. Famílias conhecem aspectos importantes da vida dos alunos. A gestão precisa considerar essas vozes para tomar decisões mais completas.

A transparência também é princípio essencial. A comunidade escolar deve compreender as decisões tomadas, os critérios utilizados, as prioridades definidas e o uso dos recursos disponíveis. Uma gestão transparente fortalece a confiança e reduz conflitos causados por falta de informação.

A legalidade orienta a atuação do diretor e da equipe gestora. A escola pública integra um sistema de ensino e deve cumprir normas, diretrizes, calendários, orientações curriculares e procedimentos administrativos. No entanto, cumprir normas não significa agir de forma mecânica. A gestão precisa interpretar as orientações legais de modo pedagógico, sempre considerando os direitos dos estudantes.

A equidade é outro princípio indispensável. Tratar todos da mesma forma nem sempre garante justiça. Estudantes em situações diferentes podem precisar de apoios diferentes. A gestão escolar deve organizar condições para que todos tenham oportunidades reais de aprender, especialmente aqueles que enfrentam maiores dificuldades.

A inclusão também deve orientar toda a ação da escola. Uma gestão inclusiva garante acessibilidade, combate preconceitos, promove adaptação de práticas e fortalece o pertencimento de todos os estudantes. Inclusão não é responsabilidade isolada de um professor ou serviço específico; é compromisso institucional.

Por fim, o compromisso com a aprendizagem deve estar no centro da gestão. Todas as decisões precisam ser avaliadas a partir de uma pergunta fundamental: esta ação contribui para melhorar a aprendizagem, a permanência, a participação e o desenvolvimento dos estudantes?

► Dimensões da gestão escolar

A gestão escolar envolve diferentes dimensões que precisam funcionar de forma articulada. Entre elas, destacam-se a gestão pedagógica, administrativa, financeira, de pessoas, da convivência e da relação com a comunidade.

A gestão pedagógica é a dimensão central da escola, pois está diretamente relacionada ao ensino e à aprendizagem. Ela envolve o acompanhamento do currículo, do planejamento docente, das avaliações, dos resultados de aprendizagem, das intervenções pedagógicas e da formação continuada dos professores. Mesmo que o coordenador pedagógico atue diretamente nessa área, o diretor também precisa acompanhar e apoiar esse processo.

A gestão administrativa organiza o funcionamento institucional. Ela envolve documentação escolar, matrículas, frequência, horários, calendário, registros, comunicação oficial, organização de espaços e cumprimento de normas. Embora muitas vezes pareça burocrática, essa dimensão é fundamental para garantir segurança, regularidade e continuidade ao trabalho escolar.

A gestão financeira trata da aplicação responsável dos recursos recebidos pela escola. Esses recursos devem ser utilizados com planejamento, transparência e prioridade pedagógica. A compra de materiais, a manutenção dos espaços, a melhoria da infraestrutura e o apoio a projetos precisam estar alinhados às necessidades reais da unidade escolar.

A gestão de pessoas envolve o cuidado com os profissionais da escola. O diretor precisa organizar equipes, distribuir responsabilidades, promover diálogo, acompanhar o trabalho, mediar conflitos e valorizar os servidores. Uma equipe desmotivada, desorganizada ou sem comunicação tende a comprometer o funcionamento da escola.

A gestão da convivência escolar também é essencial. Ela envolve a construção de um ambiente seguro, respeitoso e acolhedor. Conflitos, indisciplina, violência, discriminação e problemas de relacionamento precisam ser tratados com intencionalidade educativa. A escola deve formar para a convivência democrática.

A relação com as famílias e a comunidade compõe outra dimensão fundamental. A escola pública não está isolada. Ela faz parte de um território e precisa dialogar com as famílias, serviços públicos, conselhos, instituições locais e demais parceiros. Essa articulação fortalece a rede de apoio aos estudantes.

Essas dimensões não podem ser tratadas separadamente. Uma decisão administrativa pode ter impacto pedagógico. Uma dificuldade de convivência pode afetar o desempenho. Uma falta de recurso pode limitar projetos. Uma comunicação frágil com as famílias pode comprometer a frequência dos alunos.

► Planejamento, organização e avaliação da gestão

A gestão escolar eficiente depende de planejamento. Sem planejamento, a escola corre o risco de agir apenas diante das urgências, sem clareza de prioridades e sem continuidade nas ações. Planejar significa analisar a realidade, definir objetivos, organizar estratégias, estabelecer responsáveis e acompanhar resultados.

O primeiro passo do planejamento é o diagnóstico institucional. A escola precisa conhecer seus dados de aprendizagem, frequência, permanência, participação das famílias, infraestrutura, recursos disponíveis, perfil dos estudantes, necessidades dos professores e principais desafios da comunidade. Esse diagnóstico deve ser construído com dados e escuta dos diferentes segmentos.

A partir do diagnóstico, a gestão define prioridades. Nem todos os problemas podem ser enfrentados ao mesmo tempo. A escola precisa identificar quais questões exigem maior atenção, como alfabetização, leitura, matemática, frequência, convivência, inclusão, participação familiar ou organização da rotina.

Depois, são estabelecidas metas e ações. As metas precisam ser claras e possíveis. As ações devem indicar o que será feito, quem será responsável, quais recursos serão utilizados, em que prazo e como os resultados serão acompanhados.

O planejamento deve estar articulado ao projeto político-pedagógico e ao plano escolar. O projeto político-pedagógico expressa a identidade e os princípios da escola. O plano escolar organiza as ações do ano letivo. A gestão precisa garantir coerência entre esses documentos e a prática cotidiana.

A organização dos registros também é fundamental. Atas, relatórios, planos, avaliações, documentos administrativos, registros financeiros e fichas de acompanhamento permitem preservar a memória da escola e orientar decisões. Sem registros, a gestão perde informações importantes e dificulta a continuidade do trabalho.

A avaliação da gestão deve ocorrer continuamente. A escola precisa verificar se as ações planejadas foram executadas, se os resultados apareceram, quais dificuldades surgiram e que ajustes são necessários. Essa avaliação não deve ser vista como punição, mas como instrumento de melhoria.

O uso de indicadores educacionais também contribui para a tomada de decisões. Dados de frequência, rendimento, participação, avaliação e permanência ajudam a identificar problemas e acompanhar avanços. No entanto, os dados precisam ser interpretados pedagogicamente, considerando o contexto da escola.

► O papel do diretor de escola

O diretor de escola é uma liderança fundamental na rede pública de ensino. Sua atuação influencia diretamente o funcionamento da unidade escolar, o clima institucional, a organização pedagógica, a relação com a comunidade e a qualidade das ações desenvolvidas.

A liderança do diretor deve ser democrática e pedagógica. Isso significa que ele não atua apenas como administrador, mas como articulador do projeto educativo da escola. Seu papel é garantir que as dimensões administrativas, financeiras e organizacionais estejam a serviço da aprendizagem dos estudantes.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!